

Parte II - Segurança, polícia e sociedade

Segurança pública e responsabilidade social

Ivone Freire Costa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COSTA, IF. Segurança pública e responsabilidade social. In: *Polícia e sociedade: gestão de segurança pública violência e controle social* [online]. Salvador: EDUFBA, 2005, pp. 141-168. ISBN 978-85-232-1219-3. Available from SciELO Books

<<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Segurança Pública e Responsabilidade Social

Não há dúvidas de que o melhor governo é aquele em que cada um encontra aquilo de que necessita para ser feliz.

Aristóteles, A Política

A Visão dos Chefes de Família

Para melhor apreender o sentido da segurança pública para as camadas populares e o modo como expressam a relação que estabelecem com a Polícia nessa perspectiva de segurança, nosso objetivo é, uma vez mais, tentar aproximar a informação obtida com as hipóteses levantadas neste estudo (tabela 37).

A segurança, sob o ponto de vista dos chefes de família entrevistados, decorre da capacidade individual de estabelecer relações de confiança, não só com a própria Polícia, como, também, com os marginais e com os traficantes do bairro. Este processo de identidades construídas na violência revela uma realidade particular do cotidiano das famílias populares, as quais recriam na violência, os seus espaços de convivência e sobrevivência humanas, aprofundando, desta forma, a violência social com a participação de policiais.

Tabela 37 -Razões de Segurança na Área da Liberdade
(Chefes de Família)

Razões de existência de Segurança	Frequência
Uma dimensão de capacidade individual.	
Um sentido concreto de relação com os policiais, marginais e com os traficantes que atuam na área.	23.5%
Pela presença da Polícia.	58.8%
Porque não há violência, não há marginais.	17.7 %
Base [17]	100.0%

Fonte: Pesquisa de campo

As expressões de segurança, entendidas como uma questão de capacitação e de coragem individual, confirmam hipóteses clássicas de que o indivíduo, ao sentir-se desprotegido pelos mecanismos institucionais da ordem legalmente instituída, cria suas próprias formas para obter a segurança individual. No caso, elas foram expressas por práticas sociais através da cumplicidade com marginais, traficantes e policiais, conforme se pode constatar no seguinte depoimento:

[...] os marginais não mexem com ninguém do bairro;
[...] a Polícia não vem e quando vem é porque aconteceu uma morte ou roubo; acontece muito roubo;
[...] há quase dois meses que não há nenhum policiamento;
[...] tinha um bar e passei a conhecer muita gente; sinto-me segura, pois passei a conhecer os marginais; dois deles estavam no bar junto com mais dois e pediram para ninguém mexer com a gente; [...] passamos a respeitar e ser respeitados por eles; podemos chegar tarde; os marginais começam a conhecer os moradores e respeitam.

É como se existisse uma espécie de ética própria. Por isto, esses chefes de família não atribuem nem comentam qualquer aspecto negativo sobre a forma de agir dos profissionais de segurança. E a esse respeito, não existe, para eles, violência. Os depoimentos mostrarão como eles visualizam a segurança na sua área de moradia.

[...] A viatura passa com constância e nunca houve qualquer tipo de violência na área; [...] aumentou o policiamento que agora vai até as 23 horas;
[...] O trabalho de Cosme e Damião e Rádio Patrulha até as 22:00 h e a Polícia de Choque, também presente; [...] Os soldados passam para cima e para baixo; segurança tem nas lojas; é seguro porque, graças a Deus, nunca aconteceu nada. Na Lima e Silva sempre há policiais e é satisfatória; [...] Ando até o Barbalho muito cedo e nunca sofri nenhuma violência; sempre faço essa caminhada e nunca sofri nada; quem não conhece o local assusta, talvez até um pouco pelo preconceito; como aqueles da história de preto, rasta ou vestido como rasta ser ladrão, bandido ou esturador. Isto não pode ser assim, como dizem preconceituosamente.

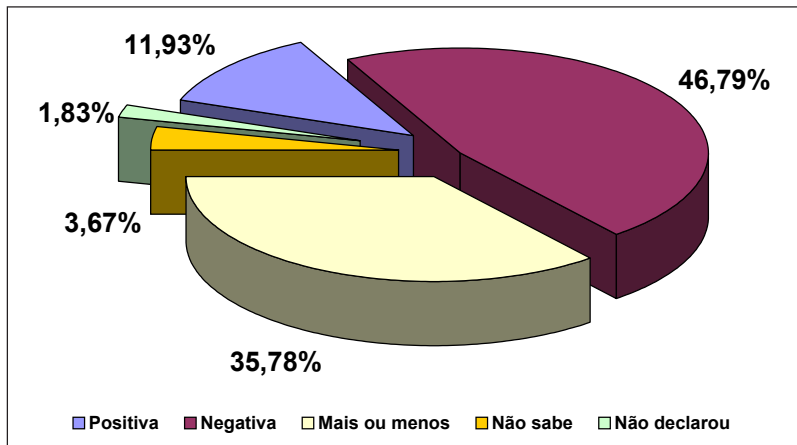
Em síntese, pode-se, a partir daí, estabelecer duas posturas que emergiram do quadro traçado pelos chefes de família das camadas populares: uma que nega a segurança pública, afirmando a violência; e outra, que afirma haver segurança, negando a existência da violência.

Esta última visão é problemática, porque leva diretamente ao aprofundamento da violência. A primeira, por sua vez, insere-se numa perspectiva de falta de confiança na Polícia e de descrença das instituições públicas.

Avaliação do Desempenho da Polícia

Quando o desempenho da Polícia foi avaliado sistematicamente, através de uma pergunta direta, com os seguintes resultados: 82,57% dos chefes de família entrevistados consideraram negativo⁶ o desempenho e 11,93% consideraram-no positivo. Pode-se imaginar, pelo quadro traçado anteriormente, que há uma coincidência entre aqueles que não vêm a violência e os que avaliam positivamente a Polícia na área.

Figura 14 - Desempenho da Polícia sob a Ótica da Sociedade



Fonte: Pesquisa de Campo.

Duas amplas dimensões aparecem entre os fatores que vêm contribuindo para esse baixo nível de eficácia da Polícia junto às camadas populares na cidade do Salvador. Os chefes de família que avaliaram a Polícia negativamente, num total de 82,35%, mencionaram

a conduta do policial, isto é, as suas atitudes e comportamentos no exercício da função, enquanto 17,64% aludiram ao aspecto político-institucional, compreendendo as estratégias, os aspectos da estrutura organizacional e de diretrizes administrativas de preparo do profissional pela corporação, e também consideraram importante a unificação das polícias Civil e Militar. Essas e outras razões podem ser visualizadas e com mais detalhes, na tabela 38.

Em relação à conduta do policial, observou-se que essa expressão alude a problemas inter-relacionados, mas que apresentam naturezas distintas, como questões que pertencem ao campo da gestão, da análise organizacional e do comportamento ético-moral da Polícia, envolvendo a responsabilidade social da corporação, do policial e das políticas públicas. Entre os aspectos negativos, porém, destacou-se a forma negligente, descuidada, agressiva e não respeitosa de se relacionar com o público.

Tabela 38- Desempenho da Polícia:
Fatores que Contribuem para uma Avaliação Negativa

Conduta do Policial: Comportamento e Atitudes

Frequência das citações [82,4%]

não está preparado para atender a comunidade;
intimida o cidadão com a farda, porte de arma e a insanidade;
invade as casas com mais frequência do que o ladrão;
método de agir é violento;
chegam encarapuçados, agem com violência;
é arrogante, trata mal os moradores, e são autoritários;
há policiais de mau caráter que aceitam suborno, recebem propinas de assalto;
não faz nada;
é negligente;
a violência praticada é igual a dos criminosos;
Polícia e assaltantes são semelhantes em termos de violência. A maioria tem
negócio com os ladrões;
é limitada; só existe para multar o carro se ele estiver no passeio; não
reprende os traficantes que estão dominando o bairro.

Tabela 38-A

Da Estratégia, Estrutura e Políticas Administrativas das Instituições Policiais

Frequência Das Citações = 17, 6% Onde N = 09

estrutura policial inadequada;
 mal posicionamento estratégico das Unidades Operacionais – Delegacias e Módulos;
 falta de policiamento com rondas;
 falta de salário digno para o policial;

Fonte: Pesquisa de Campo

A sistematização que se segue constitui mais uma tentativa de chamar atenção para os aspectos mais cruciais da atitude dos policiais manifestadas, a propósito das relações que estabelecem com as camadas populares na cidade do Salvador, na perspectiva dos chefes de família.

Tabela 38-B

Postura Policial Avaliada Negativamente

Negligência e descuido: apatia em pró-agir junto da população, no sentido de protegê-la;
Agressividade: agridem sem critérios, pegam só inocentes; são truculentos, violentos, grossos e ignorantes;
Não agem com honestidade: do ponto de vista filosófico, não agem dentro de uma ética que reconheça e diferencie culpados e inocentes, não respeitam o cidadão. Agem, assim, cegamente, sem bom senso, seguindo à lógica institucional da dominação, do autoritarismo e da força física.

Fonte: Pesquisa de Campo

A fundamentar as atitudes anteriores, seguem-se três relatos de entrevistados sobre a avaliação do desempenho da Polícia. Eles refletem a imagem que os chefes de família possuem sobre esta organização.

[...] a Polícia é muito fraca; não está nem aí pra nada. Cada um que salve sua pele. Aqui na Liberdade eles não ligam. Até o Boticário é assaltado todos os dias. Na Avenida Peixe é onde existem mais assaltos. Aqui é a segunda Baixada Fluminense;

[...] os policiais estão envolvidos com os marginais e fecham os olhos para a criminalidade do bairro. A maioria tem negócio com os ladrões; [...] a Polícia está envolvida com as drogas, compartilhando o roubo com os ladrões, não vêm aqui em baixo quando a gente chama; não tem Polícia nas ruas; estamos largados aqui; eu vi a Polícia recebendo propina de assalto; é tudo muito perigoso; o povo não tem segurança.

O relacionamento da Polícia com a sociedade apresenta profundas dificuldades. As questões levantadas quanto à sua atitude face aos problemas de segurança do cidadão, levam a crer na necessidade urgentes, de maiores e mais aprofundadas pesquisas que possam contribuir para ampliar o conhecimento dessas experiências sociais com a Polícia e definir como maior clareza o seu papel na sociedade.

Os pronunciamentos conseguintes poderão revelar o significado simbólico dos equipamentos urbanos de segurança local. Por exemplo, a Delegacia, enquanto unidade operacional da Polícia Civil, e o Módulo Policial, se constituem símbolos de segurança pública independente da existência de policiais trabalhando nesses locais.

Em relação à falta da Polícia na área, chama-se atenção para dois níveis de entendimento dos chefes de família: por um lado, os policiais são quantitativamente insuficientes para a segurança do bairro; por outro, não estão preparados qualitativamente, já que são negligentes, corruptos e violentos.

As manifestações sobre a falta de Polícia não significam que a sociedade deseje um maior contingente policial. Não. O que efetivamente se procura é mais qualidade. De qualquer forma, o que emana de todas as declarações é um certo sentimento e um desejo efetivo de se obter uma proteção policial exercida de forma respeitosa e ética. Por certo que, essa lógica é dificultada em qualquer sociedade desigual, refletindo, no plano sócio-organizacional, as contradições reforçadas por estigmas e naturalizações de processos de interesse das elites, como vistos em Goffman (1982) e em Marilena Chauí.⁷

Pensamos, pois, que um dos aspectos que precisam ser considerados prioritariamente pelas políticas públicas de segurança é o desenvolvimento de competências orientadas por uma ética de distinção, no exercício da ação policial. Isto é, que se estabeleça uma lógica que possibilite um discernimento a propósito do certo e do errado, e

conseqüentemente, do culpado e do inocente. Por outras palavras: a questão que se coloca é a da instauração de uma Polícia ética.

As declarações seguintes dos chefes de família corroboram este raciocínio:

[...] a Polícia existe somente para multar o carro no passeio;
[...] ela se envolve com drogas, compartilha o roubo com os ladrões, não vêm aqui em baixo quando a gente chama; estamos largados aqui; os policiais ficam dentro de casa, não se vê nenhum por aqui.

A expressão ‘não há Polícia’ é freqüente, expressa sentimentos que transcendem a dimensão quantitativa. Algumas assertivas, inclusive, ilustram o valor que os moradores atribuem a esses equipamentos policiais como símbolos de segurança:

Referindo-se à transferência da Segunda Delegacia do Curuzu para outro local no próprio bairro, vários dos entrevistados protestaram da seguinte forma:

[...] com a Delegacia já acontecia [...] imagine agora, mais longe? Agora é que os marginais vão se assanhar .
[...] A delegacia não garantia muita coisa, mas já metia medo nos menos perigosos;
[...] Não existe Polícia, pois a única segurança que existia retiraram, que foi a 2ª Delegacia.

Os demais chefes de família, representando 11,9% do universo total entrevistado, os que avaliaram positivamente a Polícia (tabela 39), argumentam que a Polícia combate os marginais de maneira enérgica, que ela está bem distribuída, que presta a assistência solicitada, com rapidez e sem violência. Dizem, inclusive, que não têm motivos para reclamar e que, portanto, consideram eficaz a ação do policiamento ostensivo no bairro.

Tabela 39- Avaliação Positiva da Polícia (Chefes de Família)

A Avaliação da Polícia é Positiva Porque:	Nº Citações	Freqüência
Combate aos marginais, não tem pena	7	53,8%
São bem distribuídos	1	7,7%
Assistência, rapidez no atendimento, viaturas	3	23,1%
A Polícia não age com violência. Sem motivos para reclamar	2	15,4%
Base	13	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo

Por certo que poderão parecer polêmicas as razões desta avaliação da Polícia: os 11,9% do total de chefes de família que a julgaram positivamente, não se referiram ao comportamento ético-moral dos policiais. Constatou-se que, a expressão ‘mais Polícia’ não significa, *strictus-senso*, quantitativa. O que indiscutivelmente se quer dizer é relativo à qualidade dos serviços prestados e à necessidade de mudanças no comportamento de profissionais da segurança, sobretudo no exercício da sua função.

Perante o exposto, é possível defender que, nos grandes centros urbanos do país, os extratos menos favorecidos economicamente guardam um forte sentimento, além de um desejo, de que a segurança pública exercida pela Polícia seja feita de forma digna e respeitosa.

A constatação da insegurança social em que se encontram submersas as camadas populares em Salvador – a contar com o desvio de policiais contribuindo para isto – é tão problemática que não deve ser vista, apenas, como uma questão de ambigüidade institucional e profissional, mas como um problema político, de natureza múltipla, que necessita ser enfrentado pela sociedade.

Auto-Avaliação da Polícia Para a Segurança Pública

Neste ponto, apresentamos o ponto de vista da própria Polícia sobre a segurança pública na cidade de Salvador e sobre a sua avaliação de desempenho feita pelos chefes de família das camadas populares.

Responsável constitucionalmente pela segurança pública, em geral, e proteção do cidadão, em particular, a Polícia demonstrou dificuldades em explicar as razões pelas quais 82,57% dos chefes de família consideraram ineficaz a sua atuação junto da comunidade. Esta avaliação, concluiu por uma atuação negativa, caracterizada pela negligência e também pelo descuido, apatia, agressividade e truculência. Tais características foram traduzidas como falta de respeito para com o cidadão, além da ausência de uma ética que reconheça e diferencie culpados e inocentes.

Ao tentarem justificar os porquês de uma avaliação tão negativa, os policiais responsabilizaram dois agentes: a sociedade e o governo. A postura dominante foi, pois, transferir a responsabilidade

da ineficácia policial para o outro, considerado o culpado por todos os males. Quer dizer, sob o olhar dos Polícias são de fato a sociedade e o Estado os únicos imputáveis e, conseqüentemente, tal postura mantém o ‘eu’ isento de quaisquer responsabilidades por aquelas atitudes negativas denunciadas. Eis, portanto, um grave problema e um desafio singular à gestão da segurança pública.

Quanto à dimensão da responsabilidade pessoal pelos atos avaliados pela sociedade, não houve referências a respeito. Quando existe a inclusão do individual no nível das relações interpessoais, tais relações se inserem no sentido unilateral do outro.

A análise qualitativa permitiu reconhecer que 93% dos policiais entrevistados avaliaram a sociedade e o governo como responsáveis por sua ineficácia.

Essa culpa atribuída à sociedade e ao governo por alguns policiais, está alicerçada no fato da primeira ignorar o marginal e, o segundo, por não oferecer condições mínimas de trabalho à corporação. As políticas de Segurança Pública, segundo eles, estão fundadas em critérios estritamente econômicos, deixando muitas áreas sem condições de assistência e, portanto, de trabalho para o policial.

De acordo com esses policiais, a sociedade avalia erroneamente a sua atuação, porque, se ocorre, por exemplo:

[...] uma troca de tiros, dizem que foi um policial. Isto acontece, porque é mais fácil colocar a culpa em quem é um alvo – a Polícia .

[...] A Polícia não tem bola de cristal, para adivinhar tudo que acontecerá. É importante ter a colaboração da comunidade para agir certo. Por exemplo: se um ladrão preso for aquele que serve à comunidade, então ela não vai gostar da atuação da Polícia, porque aquela é uma pessoa considerada influente na comunidade.

É compreensível que os policiais se defendam argumentando haver injustiças em relação a eles, advertindo, adicionalmente, que “[...] perto ninguém quer e longe dela ninguém vive”.

Em resumo, na visão dos policiais, as pessoas discriminam a Polícia e, mesmo quando são por eles atendidas, não reconhecem seu trabalho realizado. Pode-se, entretanto, questionar este raciocínio, argumentando que isso constitui uma conseqüência, e não uma causa, pois

a avaliação negativa decorre justamente da ineficácia dos serviços prestados, como se encontra demonstrado no quadro traçado pelas camadas populares sobre a insegurança que a Polícia lhes transmite.

Em relação ao governo, de fato, este poder público não fornece condições à Polícia para que ela possa desempenhar o papel que lhe cabe, de proteger o cidadão. Na verdade, falta aparelhamento adequado para um policiamento ostensivo e é nesse sentido que os policiais entrevistados se defendem, apelando para tal argumento como justificativa de sua ineficácia. Dir-se-ia, no entanto, que nem uma coisa, nem outra, pois a segurança pública não é de responsabilidade única da Polícia. Sua eficácia envolve medidas que atingem diretamente os aspectos do quadro da violência social, como visto anteriormente. Para a sociedade, isso constitui um campo de complexidade, além de representar um dos maiores desafios para todos.

Reiteradamente, os policiais entrevistados recorreram aos limites da avaliação da sociedade sobre sua atuação. Ao se defenderem, afirmaram que somente avalia a atuação da Polícia negativamente quem não conhece os verdadeiros recursos de que ela dispõe para combater a criminalidade. Contudo, reconhecem o próprio despreparo para a atuação em policiamento ostensivo e investigatório, voltados para a ordem e a proteção sociais, e tudo isso aliado à falta de equipamentos e de vestuário. Do ponto de vista deles, há necessidade de se promover uma reciclagem periódica na Polícia, a fim de verificar se vale a pena continuar sendo policial. Segundo um deles, os mais preparados estão em outros locais, assim como as melhores viaturas.

No tocante às condições objetivas de trabalhos, declararam:

[...] aqui só tem uma viatura que chega meia hora depois do crime, devido ao despreparo e à péssima orientação que recebiam antes;

[...] É preciso que o governo aumente o salário do policial e dê mais segurança para o seu trabalho ;

[...] Aqui, é uma cidade dentro de outra cidade, e, no mínimo deveria ter duas Delegacias e mais de oito viaturas. A pessoa que chama a viatura quer que ela chegue na hora e o número dela é reduzido e as ocorrências são grandes.

Saliente-se que foi, apenas, um o número de policiais que não concordou com a avaliação negativa da Polícia. Para este, a ação policial no bairro deveria ser avaliada como uma ação enérgica e que é uma minoria que avalia negativamente a ação da Polícia. No seu entender, não existe a possibilidade dos organismos de segurança satisfazerem aos anseios de todos, principalmente dos envolvidos em atividades ilícitas. Além disso, todos eles afirmam ser a Polícia a que maior volume de serviços presta à comunidade, ressaltando que:

[...] quando solicitam a Polícia, o fato já aconteceu há alguns minutos e quando chega a viatura o marginal já se evadiu;

[...] a população em geral tem um censo crítico muito aguçado para quem sente na pele todos os efeitos dos problemas; há 10 policiais para atender a necessidade de mais ou menos 400 mil pessoas do bairro mais populoso da cidade; por mais esforço que a Polícia faça, não é reconhecida; só a enxergam quando precisam dela.

Portanto, na perspectiva dos policiais entrevistados, eles não podem satisfazer a todos por trabalharem reprimindo a criminalidade. Quando fazem esta declaração, observam que às vezes é mesmo um ente querido da sociedade quem têm de deter.

Defendem-se, ainda, utilizando o argumento de que a sociedade tem uma visão errônea da Polícia, vendo no policial uma pessoa sem outra opção na vida e, não raro, consideram-no um profissional corrupto que ganha mal e não têm instrução.

Por outro lado, os policiais enfatizam a falta de investimento na Polícia, o baixo poder aquisitivo dos seus componentes, a falta de armamento e a insuficiência do contingente para o atendimento da grande demanda de segurança na comunidade. Além desses fatores, destacaram os baixos salários que recebem como um dos fatores de falta de motivação entre eles.

O governo vem privilegiando certas áreas, na cidade de Salvador, com mais segurança pública. Esta situação é reconhecida por 72,41% dos policiais que responderam 'sim' e 6,90% dos que responderam 'mais ou menos' quando questionados sobre a existência, em

Salvador, de áreas mais seguras que outras. As opiniões totalizaram 79,71%, traduzindo o privilégio que o governo concede a certas áreas da elite, em detrimento dos bairros pobres. Os vários depoimentos que se seguem, na seqüência da pergunta feita, corroboram a idéia dominante da crítica social sobre o caráter discriminatório das políticas públicas de segurança.

[...] o Caminho das Árvores tem mais policiamento. Aumenta em números de homens e quantidade de viaturas. Isso se deve aos empresários que bancam. O governador pensa assim; dá mais segurança a quem tem dinheiro. E não adianta reclamar;

[...] o poder aquisitivo é diferente. Há áreas nobres da cidade que têm policiamento ostensivo, e logo são mais seguras;

[...] as áreas nobres têm um policiamento melhor e com mais infraestrutura;

[...] os bairros nobres são mais privilegiados do que os bairros pobres

[...] Há mais segurança nos bairros nobres, pela distribuição de renda, a área mais pobre tem menos que as mais rica;

[...] devido ao baixo nível de criminalidade em outros locais. No centro de cidade tem mais segurança, porque tem comércio, bancos, etc. Nos bairros de poder aquisitivo maior, como Barra, etc;

[...] é o que se diz. Existem lugares com melhor poder aquisitivo, que recebe mais atenção em relação à segurança;

[...] a área da elite é mais policiada, tem mais viaturas e as de baixa renda tem, mas não é muito. Na área pobre, o policiamento existe, mas é precário;

[...] se chegar ao Centro Histórico, veremos que é a área mais segura de Salvador. Isto é, o governo investiu em segurança na área mais turística e de maior poder aquisitivo;

[...] em áreas nobres, há o interesse do governo em dar mais segurança;

[...] o Caminho das Árvores tem mais policiamento, por ser uma área nobre.

A distribuição percentual destas opiniões (tabela 40) confirma, mais uma vez, o tratamento diferenciado das políticas de segurança pública, segundo um critério econômico e social, isto é, por classe social, privilegiando as classes mais altas. Existem apenas decisões complementares para as áreas turísticas da cidade, privilegiadas com maior policiamento. Prevalece, desse modo, o critério econômico, em detrimento da equidade e justiça social.

Tabela 40 - Segurança Pública na Cidade de Salvador (Polícia)⁸

Áreas mais Seguras	Nº.Cit.	Frequência
Sim	21	72,4%
Não	6	20,7%
Mais ou Menos	2	6,90
Base	29	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo

Observa-se que 100% da Polícia entrevistada conhecia os critérios utilizados nas decisões políticas da gestão da segurança pública da cidade, uma vez que todos os entrevistados emitiram idênticas opiniões sobre esse assunto. Contudo, percebe-se que esse domínio de conhecimento é utilizado para justificar a baixa qualidade da ação policial nas áreas populares da cidade e, não, como um conhecimento crítico para a sua capacitação profissional.

Em síntese, de acordo com os membros da Polícia o tratamento diferenciado do governo em questões de segurança, segundo critérios econômicos, seria a razão pela qual prevalece a insegurança. Nesse sentido, reafirmam que:

[...] nos bairros nobres há mais segurança; a distribuição de renda nas áreas mais pobres é menor que as mais ricas e, nestas, o nível de criminalidade é baixo; a área da elite é mais policiada, tem mais viaturas do que as de baixa renda;

[...] na área pobre, o policiamento que existe é precário; os bairros nobres são mais seguros.

O privilégio da segurança, argumentam, enfaticamente, os policiais entrevistados, é para quem possui dinheiro e este fato evidencia-se quando o governo promove maior segurança em bairros como Barra, Graça e Pituba, bairros habitados por pessoas de melhor nível de renda. Os bairros turísticos também são privilegiados pelos poderes públicos, que vêm neles a possibilidade de auferir mais receita pública. Essas áreas apresentam melhores padrões de segurança, com maior policiamento e mais infra-estrutura, a exemplo do Pelourinho, situado no centro histórico de Salvador. O depoimento que se segue reflete com muita clareza a mencionada discriminação das políticas públicas de segurança:

[...] Chegando-se ao Centro Histórico, ver-se-á que é a área mais segura de Salvador; isto é, o governo investiu em segurança na área mais turística e de poder aquisitivo. No Pelourinho há vigilância 24 horas. O centro da cidade é uma área privilegiada porque é onde se localizam o comércio e bancos.

A discriminação por classe social é notória e, segundo a Polícia, é acentuada, tomando-se como referência o Caminho das Árvores, área que apresenta o maior número de policiais por metro quadrado. O número de homens e de viaturas é maior e financiado por empresários. Para 20,7% da Polícia entrevistada, conforme tabela 41, não há locais mais seguros que outros e, sim, áreas com maior ou menor nível de criminalidade. Nesse sentido, e invertendo a idéia da questão formulada, eles argumentaram que um maior nível de criminalidade poderia ser observado naquelas áreas onde predominam habitações em terrenos invadidos.⁹ Tal visão poderá ser observada através da seguinte declaração: “[...] a política partidária poderia ser bem melhor. Está tudo nivelado por baixo: em uma área urbanizada é menos intensa a marginalidade [...] Nas áreas onde predominam habitações em terrenos invadidos a criminalidade prolifera”.

Sobre a segurança vista do ângulo da área em que eles atuam – o bairro da Liberdade – tendo sido questionados: ‘e, aqui, na Liberdade é, diferente?’, cerca de 68% responderam que *sim*, e 14,3 %, *mais ou menos*. Somando estes percentuais, por semelhanças de idéias, dir-se-ia que 82,2% dos policiais entrevistados conhecem o tratamento diferenciado adotado pelo governo, segundo critérios econômicos. Apenas 17,8% discordaram do referido privilégio. Neste sentido afirmaram que: “[...] Existem pontos, como becos, que não existe segurança [...] A viatura vai, mas é mais difícil. Nas áreas de baixa renda o serviço é precário [...] Ao contrário, é um bairro violento. A violência baixou muito aqui”.

Tabela 41- Segurança Pública nos Bairros Populares (Polícia)

Segurança no Bairro da Liberdade	Nº Citações	Frequência
Sim	19	67,9 %
Não	5	17,9 %
Mais ou Menos	4	14,2 %
Base	28	100,0 %

Fonte: Pesquisa de Campo

Os 82,2% dos policiais que admitem ser a segurança das áreas populares diferente, por exemplo, da que vigora nas áreas nobres da cidade, avaliam que a segurança naquelas áreas é deficiente. Ao emitir tal opinião, eles acabam formulando uma auto-avaliação, porquanto atestam a própria deficiência de atuação naquelas áreas, argumentando o fato de elas serem muito populosas e pobres, dando como justificção o fato de a diferenciação existir no próprio bairro. Como exemplo, citam a segurança prestada à Avenida Lima e Silva, que conta, além do número de homens do policiamento normal, também com o do patrulhamento bancário, sendo, portanto, mais policiada que as demais.

Segundo eles, o bairro da Liberdade é muito violento. Ali acontecem homicídios, assaltos, crimes de dia e de noite, além de furtos, de violência entre familiares e assaltos a casas comerciais. Diante de tal contexto, argumentaram que o número de policiais é insuficiente para combater a criminalidade nas áreas populares.

O policiamento do bairro da Liberdade é feito, em cada turno, por quatro duplas. No Itaigara, são vinte duplas por turnos. Na opinião de um deles, o contingente policial que atua nessas áreas não é um dos melhores, mas também não é o pior. Eles próprios reconhecem que somente aumentar o efetivo operacional não vai resolver o problema da melhoria da segurança pública, conforme se pode inferir dos depoimentos seguintes:

[...] na área da Caixa D'Água tem policial, mas não tem eficácia. [...] A área é de topografia acidentada o que dificulta a ação policial. [...] o bairro é populoso e a população é de baixa renda. Em relação ao bairro da Barra, aqui é menos seguro e é mais violento. [...] o crescimento demográfico, falta de saneamento básico e a falta de estrutura, de segurança, dificultam a manutenção de segurança.

Para 17,5% dos policiais entrevistados, a segurança pública na Liberdade não é diferente das demais áreas da cidade do Salvador. Admitem que existia mais segurança quando a Delegacia se localizava na rua Adelino Santos. No entanto, com a mudança desta Unidade, a criminalidade aumentou. De dia, segundo os policiais, o bairro da Liberdade é muito policiado, porém, à noite, o contingente é reduzido,

assim como o número de viaturas. Um dos entrevistados asseverou que: “a viatura vai, mas, é mais difícil. Nas áreas de baixa renda, o serviço é precário; é um bairro violento; a violência baixou muito aqui”.

Quando questionados se fazia diferença para o policial trabalhar na Liberdade, isto é, em uma área popular da cidade do Salvador, 65,5% deles afirmaram não haver diferença. Contestaram, inclusive, argumentando que o policial é um só em todo local. E, mais: que tanto fazia estar na Avenida Peixe e trocar tiros com marginais, como estar na Barra e coibir a prostituição e o tráfico de drogas.

Os depoimentos sobre o trabalho policial em áreas populares reafirmam a violência dessas áreas na cidade do Salvador e, por outro lado, mostram o maior nível de exposição da Polícia em tais áreas.

[...] O trabalho é o mesmo em qualquer local; [...] Polícia é uma só em qualquer lugar; tanto faz aqui, como na Barra e em qualquer outra área; o serviço é o mesmo, quando se trata de rádio patrulha, exige-se a mesma atenção; [...] o serviço policial é sempre a mesma coisa; em um bairro como outro qualquer; [...] o policial tem de estar preparado para agir em qualquer lugar.

Dos 34,5% de polícias entrevistados que consideraram fazer diferença trabalhar no bairro da Liberdade, um deles declarou: “eu gosto de trabalhar aqui porque já conheço os marginais; fazem o tráfico, mas não o fazem na minha frente”.

Constata-se que as razões alegadas por aqueles policiais que não vêem diferença em trabalhar em um bairro pobre ou em um de alta renda são semelhantes às dos chefes de família que não vêem a violência e que se sentem seguros na área de baixa renda onde moram. É interessante ressaltar que ambas as avaliações são problemáticas, porque, como se viu anteriormente, são valores construídos no contexto de uma cultura de violência e com códigos de vida cruéis, logo, não condizentes com uma sociedade que se pretenda digna e ética, com paz e tranqüilidade sociais.

Os bairros populares na cidade do Salvador – campo das práticas da Polícia selecionado para este estudo – podem ser caracterizados pela violência, pela falta de segurança pública e por altos ín-

dices de criminalidade. Esse campo, por sua vez, não se diferencia da área de moradia da Polícia. Os policiais da categoria praça – soldados e sargentos – residem em áreas de baixa renda, o que aumenta, duplamente, como cidadão e como policial, a sua exposição à violência e à criminalidade.

Sobre a exposição da Polícia à violência, os resultados obtidos das entrevistas com os policiais constam do quadro seguinte. Constatamos que, na condição de profissional de segurança pública, 79,31% deles encontram-se mais expostos à violência, do mesmo modo que às famílias as quais devem proteger. Tal fato revela, mais uma vez, que o fenômeno da violência nos grandes centros urbanos do país atinge todos indistintamente.

Tabela 42 - Exposição da Polícia à Violência

Exposição à Violência	Nº Citações	Frequência
Sim	23	79,3 %
Não	6	20,7 %
Mais ou menos	0	0,0 %
Base	29	100,0 %

Fonte: Pesquisa de Campo

Como se pode ver, 79,3% dos policiais afirmam que, constantemente, se vêem envolvidos em situações de violência. Talvez um dos motivos seja o uso da farda que, segundo eles, os expõe mais à violência. Em outras palavras: o policial se torna mais vulnerável porque, através da farda, o criminoso o identifica mais facilmente, aumentando, como isso, o número de represálias. *Falta linha de frente*, e se o delinqüente conhece quem é o policial, isto acabará por constituir uma ameaça para ele. Várias vezes o profissional de segurança permanece exposto aos *media*, expondo, dessa forma, sua vida cotidiana a riscos e represálias pelo simples fato de ser Polícia.

Existem vários níveis de conflitos e, segundo alguns deles, o papel da Polícia é administrar tais conflitos. Contudo, existem policiais que se envolvem no combate aos marginais e terminam por morrer na ação.

Há os que afirmaram não se sentirem ameaçados pela violência (cerca de 21%). Esse mesmo sentimento, aliás, foi detectado entre aqueles chefes de família que, do mesmo modo, diziam não se sen-

tiram ameaçados e tampouco reconheciam a violência. Pode-se deduzir que esses entrevistados constituem aquilo que poderia ser chamado de *núcleo básico do mundo da contravenção social*, uma nova ordem, um micro poder social com formas próprias de controle social. Existem, contudo, outros policiais que sentem medo e insegurança como cidadão. Essas duas diferentes maneiras de ver a realidade estão expressas nos depoimentos seguintes:

[...] não tenho medo da violência dos marginais, medo de ser assaltado e até de ser morto, confio em Deus; no interior da delegacia já estamos nos arriscando; todo profissional de segurança pública se expõe a todo momento.

[...] Quando transitamos na área, somos logo reconhecidos com frases como: aquele ali é policial e, para mim não fazem nada.

Ao se encontrarem no ônibus, ou ao colocarem a farda no varal, eles temem ser reconhecidos como policiais. Aqueles que não se sentem expostos à violência, dizem ser uma questão de competência pessoal manejar situações de conflitos, conviver com a desconfiança, com a diversidade e a com própria violência. Conforme se poderá observar, existe um percentual semelhante de chefes de família que entende a obtenção da segurança pública através da capacitação individual. Pode-se deduzir que eles se encontram e se identificam nesse mesmo sentido.

A Polícia que entende a segurança como capacidade individual e não sente medo, cria suas próprias condições, admitindo que a violência está para todos como um fenômeno universal. Ressalva que o fato de ser policial lhes oferece mais responsabilidade e mais tranquilidade. Daí, como policial, deve apenas cumprir o dever.

Pelo fato de o policial estar diariamente exposto à possibilidade de confrontos com criminosos, em bairro popular com alto índice de violência é comum as seguintes declarações:

[...] É o local onde moro; conheço um a um e não faço distinção entre pretos e brancos, todos me respeitam quando passo;

[...] Cada bairro tem um nível de pessoas e o policial tem de trabalhar com todos os tipos;

[...] É a pior área em termos de Polícia para se trabalhar, a incidência de crimes é muito grande e impera a lei do silêncio. Mas mudou alguma coisa, antes havia áreas que a Polícia não entrava; é mais perto da minha residência e das outras atividades que tenho.

Afirmam, alguns, que gostam de trabalhar no próprio serviço, isto, nos bairros populares. Esses bairros se caracterizam, como já visto em itens anteriores, por um maior número de ocorrências criminais e carências de todas as espécies, isto é, tudo aquilo que decorre das necessidades de um povo pobre. Nessas áreas, segundo os policiais, torna-se muito difícil capturar o traficante: *Ele é o Caveira*.

Todavia aqueles que não se sentem expostos à violência, dizem ser uma questão de competência pessoal em manejar situações de conflitos, conviver com a desconfiança, com a diversidade e a com própria violência.

Não obstante todas as circunstâncias adversas na cidade de Salvador, 92,9% dos policiais gostam de residir nesse local por uma questão de costume, como afirmaram, em virtude das relações já criadas e desenvolvidas. Trata-se de uma alternativa, de um desejo, de uma vontade de estar no urbano, dando asas ao imaginário do prazer, no aqui e agora da cidade. Para uns, isso se justifica, pela oportunidade e disponibilidade de emprego, pelo lazer e atendimento médico, e pela segurança que oferece; para outros justifica-se pelo costume.

Uma síntese da visão desses policiais entrevistados a esse respeito, pode ser examinada a seguir:

[...] Na cidade grande as coisas são mais fáceis: escola, locais de trabalho; minha vida é toda aqui; gostaria de morar em Salvador, mas moro em Arembepe por falta de condições;

[...] porque foi aqui que nasci, cresci e Salvador é uma das cidades mais belas que conheço; a cidade tem todos os elementos de lazer com praia etc.;

[...] sempre morei na cidade e me acostumei com o cotidiano.

Embora afirme conhecer outras cidades na função, os policiais entrevistados gostam da cidade e consideram bom viver em Salvador, porque nela há de *tudo*, só falta dinheiro. Esta opinião, que aborda também outros aspectos, pode ser melhor compreendida através de alguns testemunhos, como, por exemplo:

[...] Morei sempre aqui e não conheço outro lugar. O Bairro Guarani tem de tudo: posto de saúde, banco, posto de gasolina, só não tem segurança. Tem uma boca de fumo;

[...] Já morei fora e adoro Salvador. Aprendi a gostar. A orla é maravilhosa, o perfil antropológico único;

[...] Nasci aqui e estou acostumado. Não pretendo morar em outro lugar. Nunca saí daqui e acho tudo bom na cidade. A cidade está bem administrada; o único problema é o Bahia Azul que deixa muitos buracos na cidade. É minha cidade natal, é semelhante a Salvador. Adoro. Meus familiares são todos daqui. Não tenho opção. É a terra que nasci. Tenho medo de sair, nasci e me criei aqui. Conheço outros Estados, mas Salvador é o local mais propício para se morar, por causa do clima e da estrutura. Nasci aqui e todos me conhecem;

[...] Eu sou alguém. Você é respeitado pelo fato das pessoas te conhecerem.

Como se vê, os que diziam não gostar da cidade utilizavam o argumento de que havia uma grande incidência de ocorrências policiais, ressaltando daí, a preferência por residir no interior, onde há uma identificação maior entre o povo e a Polícia. Salienta-se que essa justificativa expressa bem o vínculo que muitos mantêm com o interior, em contraposição às exigências do trabalho no centro urbano. Tal dicotomia pode ser observada em composições literárias, ou mesmo em músicas regionais, quando são relatados os dramas vivenciados pelos retirantes nordestinos: “eles abandonavam a região em que viviam, acalentando o sonho de ser feliz na cidade grande”. É aquela velha dualidade entre campo e cidade, ainda tão presente na memória e no imaginário daqueles policiais que viveram no interior.

A partir do exposto, pode-se confirmar, mais uma vez, que a política de segurança vigente no país prossegue contribuindo para o aprofundamento desse fosso de desigualdades sociais, a privilegiar o poder e o dinheiro, em detrimento da segurança das áreas populares com menos recursos e menores (ou quase nenhum) investimentos. Contudo, esta visão crítica não tem contribuindo para uma mudança dessa postura na sociedade. Isso é lamentável e nos faz refletir sobre os *ciclos viciosos* que não apontam saídas, permanecendo, seja como mecanismo de rigidez organizacional, na acepção de Crozier (1980c), ou ainda como falta de crença de mudança social.

Esse privilégio aumenta ainda mais as diferenças sociais, consideradas críticas, na medida em que a violência e a criminalidade urbanas aumentam cada dia mais nos bairros populares, que são, efetivamente, os que mais sofrem com esses fenômenos sociais. Tais bairros são palcos dos maiores números de vitimização, incluindo-se aí, a situação das favelas e das invasões, fruto da concentração de renda e das desigualdades sociais.

A exposição à violência, assim como a violência, física, sofrida pela Polícia, revelam a falta de condições sociais e de condições institucionais para o desempenho daquelas funções de proteção ao cidadão.

Estratégias de Sobrevivência Popular e Policial

Os meios utilizados na tentativa de se obter segurança no âmbito das camadas populares, reafirmam que a violência atinge indistintamente a todos na sociedade brasileira. E pode-se confirmar, mais uma vez, que a política de segurança em vigor no país, persiste cooperando para escavar o fosso de desigualdades sociais, ao privilegiar o poder e a renda em detrimento da segurança das áreas populares com menos recursos e quase nenhum investimento.

Esses recursos apresentam-se nas suas mais diversificadas formas, a expressar novamente, o quadro de ausência da proteção institucional do Estado. É a partir deles que tentaremos discutir as alternativas à segurança individual e social praticadas, tanto pelas camadas populares, como pelos policiais, face à problemática da insegurança pública em que vivemos.

Conforme já se viu, ambos se encontram duplamente expostos à violência. Essa realidade necessita freqüentemente ser mais discutida, para se visualizar com clareza os limites e as possibilidades da atuação dessa instituição de segurança pública na sociedade brasileira.

Com base nisso, busca-se estabelecer uma sistematização das modalidades das ações individuais utilizadas, para obter segurança, tanto pelas famílias, como pela Polícia. (Tabela 43) A intenção, ao apresentar, comparativamente, essas ações, é demonstrar que a insegurança

em que vivem policiais e famílias, nas suas respectivas áreas de moradia, torna ainda mais complexa a atuação dessas corporações na sociedade, responsáveis que são, também, pela segurança pública.

As formas que se pretendem demonstrar configuram dois mecanismos de proteção do indivíduo, de natureza diferente: um conformado dentro da ordem social instituída; o outro se caracteriza por formas de proteção individual na contravenção social, portanto, com base em valores constituídos pela cultura da violência social. Eles serão discutidos a partir do quadro traçado pelas famílias e pelos policiais, na perspectiva de se defenderem da insegurança social, isto é, das agressões às suas vidas e da criminalidade crescentes nas áreas populares da cidade do Salvador.

Constatamos que a segunda modalidade se encontra associada ao conceito de segurança pública, como uma questão de capacidade individual emitida pelos chefes de família e pelos policiais. Esse conceito de segurança foi considerado problemático na análise anterior, porque refletia a descrença nas instituições públicas de segurança e apresentava uma abertura para possíveis cumplicidades com traficantes, marginais e policiais no desvio de função.

O ambiente de vida das camadas pobres e do trabalho policial nas áreas populares, conforme evidenciado anteriormente, é de insegurança e medo. Os chefes de família mencionaram a existência de códigos estabelecidos por traficantes, semelhantes ao *toque de recolher*, o que põe em relevo a repercussão de uma forma sobre a outra, na vida cotidiana do bairro.

Todas as pessoas que residem em bairros populares sabem que, depois das 21 horas, qualquer pessoa fica mais exposta à violência. Apenas dois dos entrevistados declararam ter contratado segurança particular. Por falta de renda para tal, as camadas pobres não blindam o carro nem contratam segurança pessoal e tampouco para a família, como fazem as elites no Brasil.

Tratando, inicialmente, dos mecanismos da ordem legal do cotidiano de vida das famílias das camadas populares, poder-se-ia dizer, com base nos seus depoimentos, que a situação é tão grave que, sem qualquer outra possibilidade de proteção, essas famílias apelam para o socorro divino como o último dos recursos para obterem a segurança de vida.

Tabela 43 – Ações das Camadas Populares e da Polícia para ter Segurança

Família		Polícia	
Ações	Cit. %	Ações	Cit. %
Chamar por Deus	7 9,6%	Orientação pessoal à família	11 39,3%
Chaves e cadeados	18 24,7%	Fazer vistas grossas	1 3,6%
Não sair à noite	15 20,6%	Portas / cadeados	6 21,4%
Política da boa vizinhança	2 2,7%	Acionar 190	1 3,6%
Orientações aos filhos	10 13,7%	Desconfiar de tudo e todos	5 17,9%
Olho aberto	13 17,8%	Conduta reservada	4 14,2%
Segurança particular	2 2,7%	Base de dados	28 100%
Outras	6 8,2%		
Base de dados	73 100%		

Fonte: Pesquisa de Campo.

Como se pode ver, para se protegerem cerca de 25% dos chefes de família e 21,4% dos policiais entrevistados, mencionaram o uso de chaves e cadeados. Observamos que não se tratava, apenas, de referências quantitativas a esses objetos em si, mas, sobretudo, de um sentido simbólico de segurança por eles atribuídos, face ao medo de serem assaltados em seus próprios ambientes. Além disso, quer chefes de família, quer policiais, orientam os filhos a desconfiarem de tudo e de todos. Para os policiais, essa orientação atinge cerca de 39% das suas preocupações diárias e, sobretudo, mantêm uma postura com reservas, não confiando em ninguém e fazendo *vistas grossas*.

Em relação às modalidades utilizadas pelos chefes de família, atentou-se para o fato de eles mudarem seus hábitos de rotina cotidiana e, por outro lado, 20,6% deles declararam que não saem mais à noite. Depoimentos feitos pelos chefes de família impõem a atenção nesse contexto de medo e insegurança:

Confio em Deus e guardo a vida e a casa em suas mãos. No mais, vivo em casa trancado [...]. Peço proteção e chamo por Deus [...]. Só faço rezar. Não saio à noite, só em casos de necessidade. Fecho as portas e janelas. [...] Casa gradeada, portas fechadas [...] chego mais cedo em casa.

Entre os chefes de família, 13,7% declararam uma grande preocupação em prestar orientação aos filhos como forma de proteção e 17,8% afirmaram viver de ‘olho aberto’ para tudo e para todos.

A orientação, o controle e o cuidado que os chefes de família têm com os filhos são no sentido de eles não se envolverem com traficantes, com o uso das drogas e com as gangues do bairro. Os pais orientam mostrando-lhes como devem andar nas ruas e os cuidados que devem ter para chegarem com vida em casa. Esses cuidados com os filhos podem ser percebidos através das seguintes declarações:

[...] controlo meus filhos evitando que se envolvam com traficantes; não deixo [...] na rua até tarde; oriento como andar nas ruas; [...] evitando que fiquem na rua [...] evito que ele tenha más companhias; oriento sobre os riscos da vida, evitando assim que eles se envolvam com drogas e gangues; [...] procuro oferecer uma educação de qualidade aos filhos; levo os filhos na escola; os filhos só saem para ir à escola;. Não deixo as crianças na rua e não saio e nem chego tarde em casa. Vou buscar minhas filhas na principal quando elas chegam mais tarde, peço ao vizinho olhar a casa quando viajo. Evito andar com coisas de valor e só saio de casa quando há necessidade.

Em outras palavras, às nove horas da noite tornaram-se uma referência do limite que se deve ter para permanecer fora de casa. Desse modo, os chefes de família procuram chegar cedo em suas residências, deixando de freqüentar antigos lugares de convívio social com amigos na vizinhança. Um dos depoimentos ilustra bem esta situação: “[...] não chego mais cedo em casa e não vou a certos lugares; antes eu ficava na rua até duas ou três horas da manhã, hoje é um risco; fecho a casa cedo e não saio depois do horário das 21:00 horas”.

Este horário deve ser visto como uma das referências da extensão do tipo de controle social que se estabelece nos bairros populares a partir do poder dos traficantes. A outra referência que procura a segurança individual, parece estar integrada no poder emergente dos traficantes. Estes contam para o desenvolvimento desse poder, com a cumplicidade de policiais e dos chefes de família que vêm neles uma alternativa de obter segurança individual e social. São as novas relações de micro-poderes locais, utilizando-se a expressão foucaultiana, que encontram férteis espaços nas desigualdades sociais, na insegurança e no medo, para se estabelecerem como mecanismos de controle sociais.

Vigilância, alerta e medo constantes resumem aspectos do contexto de violência em que as camadas populares vivem. Os depoimentos que se seguem são demonstrativos da situação descrita:

[...] evito passar pela rua, vou direto para casa que é gradeada. Só saio para trabalhar, procuro evitar a ação dos assaltantes;

[...] tranco portas e janelas tenho arma para me proteger, coloco grades na frente da casa, alarme no carro; não paro em lugares perigosos, portas e janelas fechadas para não facilitar o furto;

[...] procuro andar com as pessoas certas, que não mexam com drogas e não andem em lugares perigosos;

[...] evito lugares perigosos como becos, feira do Japão, até tarde da noite;

[...] evito certos tipos de coisas, como andar em lugares desertos, escuros e tarde da noite; previno-me reservando-me em casa, não me juntando com marginais, não bebendo em porta de bar e ficando alerta na rua para não ser pego de surpresa;

[...] não fico em bar para não ver confusão;

[...] tranco a porta e saio pouco; [...] não abro a porta para todo mundo;

[...] ponho grades, fecho às portas e não saio sozinha; [...] evito andar a noite; [...] tranco bem as portas, mantenho barra de ferro atrás da porta; raramente saio à noite, tranco portões e, à partir das nove horas, cadeado permanente no portão da entrada; [...] não fico na rua e não me envolvo em confusões com vizinhos nem com a vida de ninguém, não agrido ninguém; [...] chego de táxi quando venho tarde, acompanhada de amigos para me proteger, ando observando atitude suspeitas, etc [...] passo menos tempo na rua para não ser agredido, exerço o papel de cidadão e promovo este papel, tendo boa convivência com os vizinhos; evito andar de madrugada; não me exponho aos riscos, como andar sozinho; [...] fico de olho bem aberto para as pessoas que circulam aqui na rua; fico atento e evito voltar tarde para casa; ando sempre atento e evito andar com objetos de valor; coloco trancas bem fortes na porta de casa; evito andar com objetos de valor na rua; [...] fico dentro da minha casa; a segurança maior é dentro de casa; o lugar mais perigoso de Salvador é a Liberdade; [...] fico dentro de casa e não falo, nem abro a porta para estranhos; procuro fechar a porta, não atendo a homens, só clientes mesmo; fico muito assustada depois do assalto; não sei nem o que fazer.

Uma pesquisa realizada pelo jornalista Alexandre Secco, publicada pela revista *Veja*, São Paulo, n. 1652, 7 jun em 2000, mostra a maneira como tanto a classe pobre como as elites do Brasil se protegem. A tabela 44 pode confirmar, mais uma vez, o grau de generalização da violência no país, e aguçar o imaginário para as dificuldades que esta generalização impõe à gestão da segurança pública, particularmente para camadas populares e para os organismos policiais.

Tabela 44- Ações da Sociedade Brasileira para Segurança Pessoal e Familiar

Classe A [Elite]	Classe Pobre
Blindar o carro	Chamar por Deus
Comprar colete à prova de bala	Muda os hábitos cotidianos
Instalar equipamentos eletrônicos de segurança	Chaves e cadeados
Contratar segurança particular	No sentido de vida, o lar vira um refúgio e, ao mesmo tempo, uma prisão

Fonte: Alexandre Secco, *Veja*, São Paulo, N° 1652, 7 Jun, 2000.

Através de um dos depoimentos recolhidos por Alexandre Secco, na referida pesquisa, poder-se-á constatar, mais uma vez, a extensão da problemática da segurança pública na sociedade brasileira.

[...] bandidos, indústrias, lojas e condomínios mantêm um exército de 1,3 milhões de pessoas trabalhando como segurança em todo o país. É um contingente de guardas cujo tamanho equivale ao dobro do efetivo de toda a força policial dos 27 Estados brasileiros. O mercado vem crescendo a uma taxa de 30% ao ano. Uma em cada catorze residências brasileiras possui algum equipamento para prevenção de assalto, além das grades – o dobro do que havia cinco anos atrás.

Além disso, em praticamente todos os grandes centros urbanos no Brasil, pode-se observar esta mesma complexa situação de insegurança. Exemplos como o da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo são repetidamente mostrados pelos *media* diários. No âmbito da América Latina, em semelhante ou pior situação encontra-se a Colômbia.

Os recursos utilizados para se obter segurança confirmam a grave situação do fenômeno da insegurança social e, com ele, a falta de liberdade das pessoas em usufruir do direito individual de ir e vir sem ser molestado, ou seja, o direito de movimentar-se livremente, isto é, o direi-

to à segurança conforme consignam os artigos específicos da Constituição Brasileira em vigor. É neste sentido que a sabedoria popular traduz um dos aspectos da violência social a que estão submetidas as camadas populares no Brasil através de: *os ladrões soltos as famílias presas*.

A outra modalidade para obter a segurança individual social, referida anteriormente, parece constituir um dos mais graves problemas a ser enfrentado pela gestão da segurança pública. São aquelas formas, aparentemente invisíveis, não expressas pelas estatísticas, porém de reconhecimento público. Constam da cumplicidade entre chefes de família, policiais, traficantes e marginais, denominadas aqui de estratégias de sobrevivência social.

Os relatos a seguir, de chefes de família, evidenciam essa complexa situação da vida social, compreendida que está nos parâmetros da violência: “[...] procuro relacionar-me com todo mundo, inclusive, com marginais; não preciso fazer nada porque sou conhecida no bairro; os ladrões não mexem com ninguém”.

Esta manifestação de confiança nos marginais, como estratégia de sobrevivência, parece-nos problemática porque expressa a forma e o grau em que a violência se expande nos centros urbanos. O processo de busca de alternativas à sobrevivência social com a participação da Polícia, que do mesmo modo parece agir, constitui um dos principais problemas de gestão da segurança pública.

Tudo isto parece reafirmar a incapacidade do Estado prestar os serviços sociais básicos e quando o faz é, somente, para privilegiar as elites, evidenciando que violência social é uma situação generalizada no país e que se agrava nas camadas populares e no trabalho policial nas áreas pobres da cidade, atingindo, desse modo, a todos indistintamente, na sociedade.

Tais constatações ratificam hipóteses clássicas de que situações de extrema desigualdade social, num estado de *anomia social*, ou seja, num quadro social caracterizado pela desagregação dos valores e do tecido de relações sociais, de ausência de referências, os desviantes face a face com a normalidade social, reconstroem espaços de convivência que são uma forma de conformidade social.

No âmbito dos bairros populares de Salvador poderão ser identificadas duas ordens que se contradizem: de um lado, a ordem

oficial, apoiando-se numa ideologia estritamente definida, fundada sobre o valor da vida humana; de outro estaria uma cultura de violência, com códigos estritamente cruéis relativos à vida. Nesta perspectiva, parece que se corrobora a idéia de Certeau (1996) ao afirmar que: nos pólos, ou reagrupamentos que se formam a partir de práticas, ou de sentimentos coletivos, efêmeros ou mais duráveis, o vínculo social recompõe-se em volta de valores que, no momento, são mais vividos do que ditos. Mais do que a idéia de um vazio social sublinhasse, inversamente, múltiplas formas de efervescência social.

Deste modo, pode-se afirmar que estas duas modalidades de procurar segurança expressam a gravidade da situação no que se refere à insegurança em que vivem as camadas populares e, portanto, constituem um dos desafios para a gestão da segurança pública, pautada pela ausência de proteção institucional do Estado.